

---

**O INSTITUTO DA REMESSA OBRIGATÓRIA E A REFORMATIO IN PEJUS**

---

*CLEMILTON DA SILVA BARROS<sup>1</sup>***1 – INTRODUÇÃO**

De regra, esgotados os recursos possíveis ou decorrido o prazo de sua interposição, as decisões judiciais fazem coisa julgada. A exceção vem do art. 475 do CPC, dispondo que as decisões judiciais proferidas em primeiro grau de jurisdição (apenas as sentenças, na forma do art. 162, § 1º, do CPC), contra a fazenda pública, somente produzem seus efeitos após examinadas pelo Tribunal. Trata-se do chamado “reexame obrigatório”, outrora denominado “apelação de ofício” pelo Código de Processo Civil de 1939, consistindo tal procedimento em condição de eficácia da sentença, que não fará coisa julgada antes de reexaminada pelo Tribunal.

Não se trata a “remessa obrigatória” de uma espécie recursal, conforme analisaremos mais adiante. Daí indagar-se quanto ao seu aproveitamento, se somente à fazenda pública ou a qualquer das partes. Na hipótese de o Tribunal vir a agravar a situação da fazenda pública, para muitos doutrinadores estaria caracterizada a *reformatio in pejus*, o que seria profligado pelo sistema processual vigente.

A *reformatio in pejus* consiste num resultado contrário àquele pretendido pelo recorrente. A modificação da sentença judicial, por força de um recurso, capaz de resultar para o recorrente uma situação de piora, em relação àquela que lhe fora imposta pela decisão recorrida. A proibição da *reformatio in pejus* tem como objetivo impedir que venha a ocorrer essa situação de agravamento, limitando objetivamente a decisão do Tribunal aos termos do pedido formulado nas razões recursais, como ocorre com a sentença em relação à petição inicial.

Quanto a abrangência da proibição de reforma *in pejus* em sede de “reexame obrigatório”, não há consenso, embora já não se discuta sobre a atuação do judiciário nas questões de ordem pública, ainda que não levantadas pelas partes. Nelson Nery Júnior (2003, p. 814) é enfático ao defender a plena possibilidade de agravamento da Fazenda Pública pelo Tribunal em sede remessa necessária, para

---

<sup>1</sup> Assessor de Juiz do TRT da 22ª Região (Analista Judiciário), Pós-graduado em Direito Processual Civil; em Direito do Trabalho e em Direito Processual do Trabalho, Prof. Substituto da Universidade Estadual do Piauí. Autor de diversos artigos e monografias jurídicas.

quem, tal agravamento não caracterizaria a *reformatio in pejus*, tratando-se apenas da “incidência do interesse público do reexame integral da sentença”, por força do efeito translativo a que estão sujeitas as questões de ordem pública.

Segundo orientação firmada pelo STJ (Súmula 45) e pelo STF (RTJ 114/913 e 108/1266; RT 598/260, 584/272 e 478/229), o “reexame obrigatório” é instituído em benefício exclusivo do ente público, não podendo o Tribunal agravar a situação daquele como resultado da remessa oficial, em face do princípio da proibição da *reformatio in pejus*.

Todavia, há muita controvérsia ainda. Enfim, o tema é de extrema importância em matéria processual, principalmente diante da nova corrente que se forma para fazer frente aos chamados “privilégios do Poder Público”, dentre os quais, segundo muitos pensadores se inclui a “remessa necessária”, principalmente do modo que tem sido admitida, em exclusivo benefício da fazenda pública.

O próprio legislador já vem se mostrando cauteloso quanto ao referido instituto, como se pode notar pela Lei nº 10.352/2001, que reformou o art. 475 do CPC, excluindo hipóteses de incidência do “reexame obrigatório”, enfatizando a interpretação restritiva ao instituto. Maior relevância alcança o tema quando se discute os reais efeitos da remessa necessária, especialmente no tocante à possibilidade de se agravar a condenação, para muitos impossível, por afronta ao princípio da proibição da *reformatio in pejus*. É sobre este particular que nos debruçaremos com maior ênfase.

## 2 – DA REMESSA OBRIGATÓRIA – NOÇÕES GERAIS

### 2.1. Referências históricas

O instituto da “remessa obrigatória” adotado pelo nosso sistema processual tem suas origens encravadas no Direito Lusitano, datada, a lei que o criou, de 12 de março de 1355.

Num primeiro momento, a sua aplicação se restringiu ao âmbito das questões processuais penais, com a finalidade de conter eventuais excessos da parte dos magistrados quando do julgamento de matéria criminal. Logo mais, com esses mesmos fins, integraria as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, então denominado “*apelação ex officio*”.

No Brasil, conforme anota Jorge Tosta (2001, p. 12), a primeira norma jurídica a consagrar o referido instituto, é datada de 04/10/1831 (Lei nº 04/1831, art. 90), impondo ao juiz a obrigação de apelar nas causas em que restasse vencida a Fazenda Pública. Três décadas depois, em 17.04.1863, pelo Decreto nº 3.069,

viria a se estender também às causas matrimoniais.

Mais de um século depois de introduzido no nosso sistema jurídico, o mencionado instituto integraria o nosso primeiro grande diploma de normas procedimentais, o Código de Processo Civil de 1939. Trinta anos depois, o Decreto-Lei nº 779/1969 disciplinaria sua aplicação no âmbito do Processo do Trabalho.

Sob a égide do vigente Código de Processo Civil de 1973, a “remessa obrigatória” ou “remessa oficial”, também denominada “remessa necessária”, “recurso de ofício” (ou ex officio), “apelação de ofício”, e ainda “duplo grau de jurisdição obrigatório”, voltaria a ter feições similares às originárias.

## 2.2 . Denominações

Consoante anotamos, muitas denominações vêm sendo atribuídas ao instituto da “remessa obrigatória”. Ora é chamado de remessa obrigatória, ora de remessa oficial. Também é tratado por remessa necessária, recurso de ofício (ou ex officio), apelação de ofício, e ainda “duplo grau de jurisdição obrigatório”.

Todas essas expressões buscam apenas traduzir o modo como o instituto se lança concretamente no mundo jurídico, alcançando a hipótese a que se destina, por força de norma com caráter de imperatividade absoluta, em face do interesse público, obrigando o juiz a submeter seu entendimento singular à avaliação de um entendimento colegiado, buscando amparar não exatamente o indivíduo, mas o interesse de toda a sociedade, concretizado na prestação jurisdicional que venha a conter o maior grau de correção possível.

Assim, todas as expressões seriam adequadas, mesmo porque somos do entendimento de que o nome de qualquer coisa é apenas um mero acessório da coisa. No entanto, como estamos a tratar de uma ciência, impõe que sejamos o mais didático e objetivo possível, de modo que, por essa ótica, a denominação de um dado instituto deva estar situada o mais próximo possível do seu objeto. Nesse diapasão, desde logo afastaríamos as expressões “recurso de ofício (ou ex officio)” e “apelação de ofício”, como assim já procedeu o Legislador de 1972, haja vista não se tratar de recurso, e assim evitar-se-ia possíveis confusões daqueles menos desavisados.

Com efeito, o novo Código de Processo Civil não lhe atribuiu denominação específica, apenas descreveu a hipótese de incidência. Porém, também não acolheu a denominação expressada pelo Código revogado (apelação ex officio), conforme se nota na disposição do art. 475, cuja nova redação foi dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001. Em face do novo disciplinamento, a doutrina vem caminhando no sentido de adotá-lo por “remessa obrigatória” ou “reexame obrigatório”, expressões

estas que nos parecem muito bem adequadas ao objeto e conteúdo do instituto em estudo.

### 2.3. Natureza jurídica

Ao estudarmos um dado instituto jurídico impõe, de antemão, que analisemos acerca da sua natureza jurídica, para uma melhor compreensão do instituto.

A definição da natureza jurídica consiste na inserção do instituto considerado num universo de institutos similares, comparando-o aos demais e individualizando-o. Detecta, assim, suas particularidades e características mais ímpares, para então se saber em que ramo ou sub-ramo da ciência ele se integra, e a que regras se submete. Consiste, portanto, em se definir a sua real posição dentro do sistema jurídico, identificando seu endereçamento no universo em que se encontra, sobretudo, analisando o seu conteúdo para conhecer-lhe a essência.

O universo dos institutos que poderíamos dizer similares à remessa obrigatória é aquele no qual se encontram os recursos processuais. Aliás, a primeira idéia que se tem acerca da remessa obrigatória é a de que se trata de uma espécie recursal, e isto é inevitável, em face da sua própria tradição no nosso sistema jurídico.

Com efeito, no Código de Processo Civil de 1939, a remessa necessária ou obrigatória foi disciplinada com feições de recurso, inclusive, sendo inserida dentre as espécies recursais (art. 822) e com nome de recurso (apelação ex officio) o que lhe rendeu muita crítica por parte da doutrina.

Atento a esse equívoco teórico, o legislador de 1973 procedeu à devida retificação, não somente quanto à denominação do instituto, mas também alterando a sua localização topográfica, como anota Nelson Nery Júnior (1996, p. 53), inscrevendo-o no Título VIII, distinto, portanto, daquele destinado a tratar dos recursos (Título X). Aponta o referido autor (2003, p. 813) que a natureza jurídica da remessa obrigatória é de “condição de eficácia da sentença, que, embora existente e válida, somente produzirá efeitos depois de confirmada pelo Tribunal”.

#### 2.3.1. Distinção entre a remessa obrigatória e as espécies recursais

Conforme vimos, o novo CPC caminhou no sentido de exterminar a controvérsia que girava em torno da natureza jurídica da remessa oficial, porquanto, dentre os muitos reclames da doutrina, os mais comovedores acentuavam faltarem-lhe os requisitos próprios dos recursos, que são os meios próprios de impugnação adotados pelo nosso sistema jurídico. Não afastou de todo, mas amenizou os debates.

A bem da verdade, a nova disposição legal sobre o instituto já seria mais do que suficiente para afastar da remessa obrigatória a idéia de espécie recursal. Bastaria a simples observância da sistemática adotada pelo legislador de 1973 para concluir-se que foi clara a sua intenção de distanciar a remessa oficial dos recursos em geral, inscrevendo-os em Títulos distintos. Todavia, há ainda quem defenda tratar-se a remessa obrigatória de uma espécie de recurso, impondo que tenhamos maiores considerações acerca dessa distinção.

Pela simples definição de “recursos” não é fácil delimitar-se a exata distinção entre estes e a remessa obrigatória. Ambos têm basicamente o mesmo alcance prático, encampando também o mesmo conteúdo teórico.

São diversas as definições de recursos trazidas pela doutrina. Uns os chamam de remédios processuais postos pela lei à disposição das partes, do Ministério Público ou de terceiros, submetendo a decisão judicial a novo julgamento por órgão judicial hierarquicamente superior àquele que a proferiu.

Frederico Marques (2003, p. 381) pontifica que “recurso é um procedimento que se forma para que seja revisto pronunciamento jurisdicional contido em sentença, decisão interlocutória ou acórdão”. O mencionado mestre prossegue (ob. cit. p. 387) expressando que se trata de um “quase-recurso”, inclusive, com efeito devolutivo e efeito suspensivo e, “em relação ao julgamento nele proferido, aplicam-se as regras concernentes à apelação, pois se trata de remédio destinado a rever sentenças de primeira instância. Por isso mesmo, o vencido, ainda que não tenha interposto apelação voluntária, pode entrar com embargos infringentes, se for o caso”.

Humberto Theodoro Júnior (1992, p. 542) define o recurso, na sua acepção técnica e restrita, como o “meio ou poder de provocar o reexame de uma decisão, pela mesma autoridade judiciária, ou por outra hierarquicamente superior, visando obter a sua reforma ou modificação, ou apenas a sua invalidação”.

Também há de se acrescentar a imperativa necessidade de observância dos chamados pressupostos recursais para que se dê o provimento jurisdicional. Tais pressupostos são divididos em intrínsecos e extrínsecos.

Os primeiros operam como verdadeiras condições da ação, pois o recurso se traduz em expressa manifestação do direito de ação, relativos, portanto, ao cabimento do recurso, à legitimação das partes e ao interesse de agir (interesse de recorrer). Já os pressupostos extrínsecos do recurso são aqueles fatores externos à decisão que se busca impugnar: a tempestividade; o preparo, a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer; a regularidade formal etc. Estes pressupostos recursais seriam equiparados aos pressupostos processuais.

De outra parte, sobre os recursos incidem diversos princípios específicos, como o do duplo grau de jurisdição, que garante a possibilidade de revisão da decisão por outro órgão jurisdicional; o princípio da unicidade ou da singularidade, ou seja, para cada pronunciamento jurisdicional a previsão é uma única espécie recursal; o princípio da taxatividade, garantindo que toda espécie recursal deve estar prevista em lei; o princípio da fungibilidade, que permite, no caso de dúvida objetiva, o conhecimento de um recurso por outro; o princípio da proibição da reformatio in pejus, pelo qual não é permitido agravar a situação do recorrente; o princípio da voluntariedade, que exige a iniciativa da parte. Enfim, são diversos os princípios aplicáveis aos recursos.

A remessa obrigatória, por sua vez é tida como condição da validade e eficácia da sentença nas causas em que seja expressamente consignada a exigência (CPC, art. 475). Observando-se apenas no tocante à eficácia, haja vista a exceção na hipótese da ação de mandado de segurança (Lei 1.533/51, art. 12, parágrafo único), em que a sentença produz efeitos de imediato com a sua publicação, antes mesmo da remessa dos autos ao Tribunal para o reexame obrigatório.

Bom, por algumas das características verificadas na remessa obrigatória, ou reexame necessário, até poderia esta se enquadrar nas definições de recursos, se tomássemos como referencial a revisão da sentença, pois ambos buscam rever o julgado. Contudo, conforme restou demonstrado, existem particularidades, tanto nos recursos quanto na remessa obrigatória que os tornam por demais distantes, impedindo que se lhes dêem tratamentos similares, ou se empreste a definição de um ao outro.

A análise de um único requisito atinente aos recursos já seria bastante para evidenciar a distinção entre estes e a remessa obrigatória. Vejamos, por exemplo, as partes legítimas para a interposição do recurso. Estas são aquelas especificadas no art. 499 do CPC, quais sejam, a parte vencida, o terceiro prejudicado e o MP. No caso do reexame necessário, é o próprio julgador a quem cabe providência. E mais, é por força de lei, e não por prerrogativa ou ônus.

Como enfatiza Nelson Nery Júnior (2003, p. 813), à remessa obrigatória faltam a voluntariedade, a tipicidade, a dialeticidade, o interesse em recorrer, a legitimidade, a tempestividade e o preparo, características e pressupostos de admissibilidade dos recursos. De outro modo, também não são aplicados à remessa obrigatória nenhum dos princípios recursais.

Em suma, a natureza jurídica da remessa obrigatória não se confunde com a dos recursos, o que justifica o deslocamento daquela pelo legislador de 1973

dos capítulos pertinentes aos recursos, para o capítulo concernente à sentença e à coisa julgada, passando-se a entender majoritariamente que se trata a remessa obrigatória de uma condição de eficácia da sentença, um instituto *sui generis*, e não de uma espécie de recurso, principalmente porque lhe falta o elemento volitivo.

#### 2.4 . Hipóteses de cabimento e objeto da remessa obrigatória

Afastado o caráter de espécie recursal da remessa obrigatória, e reconhecida suas singularidades, é de se dizer que se trata de um instituto *sui generis*, como, aliás, é definido por corrente majoritária, cuja natureza jurídica é de elemento condicional da eficácia da sentença, tendo como objeto primordial o resguardo do interesse público traduzido no máximo de certeza e justiça nas sentenças em que haja sucumbência para o patrimônio público.

Conforme já anotamos item 2, o vigente Código de Processo Civil prevê a remessa obrigatória no seu art. 475 e parágrafos, cujo objeto, como se extrai do texto da lei, consiste na proteção do interesse público, seja em se tratando de sentença proferida contra os entes federativos e suas respectivas autarquias e fundações (inciso I), ou seja na hipótese de sentença que julgar total ou parcialmente procedentes os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (inciso II).

Em qualquer das hipóteses previstas pelo art. 475, estará em litígio o patrimônio público, que por sua vez é patrimônio da coletividade, cabendo ressaltar-se as hipóteses excludentes previstas pelos parágrafos 2º e 3º do referido art. 475 do CPC, quando, embora penda o litígio sobre a coisa pública, não haverá reexame obrigatório sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor, e também quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.

Mesmo antes das inovações trazida pela Lei nº 10.352/2001, não se cogitava de outro objeto que não fosse o interesse público. Na antiga redação do art. 475 do CPC, a remessa necessária era obrigatória também em sentença anulatória de casamento, matéria reputada de interesse público, agora entendendo o legislador reformador que tal hipótese já não merece tanta proteção.

Além das hipóteses do art. 475 do atual CPC e da hipótese do art. 12, parágrafo único, da Lei 1.533/51 (Lei da Ação de Mandado de Segurança), constituem também exemplos de duplo grau obrigatório os casos previstos na Lei 4.717/65 (Lei da Ação Popular), cujo art. 19 prevê a remessa obrigatória quando a sentença concluir “pela carência ou pela improcedência da ação”. E aqui vemos

como a única hipótese em que a remessa necessária não tem propriamente como objetivo a proteção do poder público, e sim, da sociedade, os autores da ação popular, levando a uma revisão obrigatória a sentença que extinguir o feito por carência ou improcedência da ação.

Convém ressaltar que em todas as hipóteses somente estão sujeitas à remessa necessária as sentenças de mérito, exceção apenas para o caso de carência da ação popular. Com efeito, a lei menciona o termo “sentença” querendo se fazer entender que se trata de decisão prolatada pelo juiz singular (CPC, art. 162, § 1º), pois os acórdãos, decisões próprias dos colegiados, mesmo em se tratado de competência originária, não estão sujeitos a reexame obrigatório.

São excluídas, portanto, com a exceção já mencionada, as decisões que extinguem o processo sem julgamento do mérito, bem assim todas as demais decisões não definitivas, como é o caso dos provimentos liminares concedidos em ação de mandado de segurança, ação cautelar, ação popular, ação civil pública etc. Todas essas decisões de caráter provisório, sendo prolatada contra o Poder Público poderão também, em regra, observadas as exceções legais, ser executadas de imediato, pois independem de reexame obrigatório.

### 3 – HIPÓTESES DE REFORMA DAS DECISÕES JUDICIAIS

Chegamos ao ponto máximo do nosso estudo, haja vista a especificidade do tema a que nos propomos: “o instituto da remessa obrigatória e a reformatio in pejus”.

Uma decisão jurisdicional impugnada pode ser mantida, reformada, anulada, ou integrada. Dá-se a manutenção, nas hipóteses de expressa confirmação da decisão anterior. A reforma, quando a decisão merece da instância revisora outra solução de mérito. Já a no tocante à anulação, esta ocorre quando a instância detecta alguma causa de nulidade, determinando ao juízo originário que profira nova sentença. Por último, a integração ou esclarecimento supõe uma situação em que nem é reforma, nem nulidade, efetivando o juízo revisor uma espécie de interpretação do ato decisório.

A propósito, quanto ao conteúdo da decisão judicial, duas são as hipóteses de modificação pela instância superior: a) em sendo constatado o error in judicando, hipótese em que a instância revisora, em tese, reforma a decisão, substituindo-a (art. 512 do CPC), podendo tal reforma ser total ou parcial. Diz-se “em tese” porque no Processo Penal há entendimento diverso; b) em sendo constatado o error in procedendo, hipótese em que a instância revisora não reforma, mas anula a decisão revisanda.



Interessa-nos, sobretudo, a hipótese de *error in judicando*. Sob este aspecto, parte da doutrina pátria sustenta que é impossível a correção *ex officio*, ou seja, a alteração do julgado somente poderá ser procedida mediante iniciativa da parte interessada, sob pena de violação do princípio da proibição da *reformatio in pejus*.

Outros tantos teóricos formam corrente contrária, defendendo a possibilidade de se reformar tal decisão sem a intervenção das partes, indicando as hipóteses em que incide o reexame obrigatório, conforme já estudamos no item anterior, e também em se configurando o caso de reconhecimento das situações previstas no art. 267, § 3º do CPC, cujo dispositivo prevê que o juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, da matéria constante dos incisos IV, V e VI do referido artigo (ausência de pressupostos processuais; perempção, litispendência ou coisa julgada e também quando não concorrer qualquer das condições da ação).

Uns poucos doutrinadores, bem como uns e outros magistrados, em julgamentos isolados, defendem a possibilidade de piorar a situação da Fazenda Pública em reexame necessário, ao fundamento de que esta é manifestação do princípio inquisitório, de modo que a piora não caracterizaria propriamente de *reformatio in pejus*. Outros já admitem tratar-se da própria *reformatio in pejus*, sendo esta plenamente possível. Entretanto, é indiscutivelmente majoritária a corrente contrária, aliás, corroborada pelo SJT e pelo STF:

*Súmula n.º 45 (do STJ) - No reexame necessário, é defeso, ao tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.*

*Súmula n.º 14 (do TFR da 2ª Região) - A remessa necessária não pode ser provida para agravar a condenação imposta à Fazenda Pública, haja ou não recurso voluntário das partes.” (publicada no DJU de 15.12.94, pág. 73.353).*

### 3.1. O princípio da proibição da *reformatio in pejus*

A proibição da “*reformatio in pejus*”, conforme já mencionamos alhures, consiste na impossibilidade de poder a instância revisora reformar a decisão judicial revisanda, por força de um recurso interposto, de modo a resultar para o recorrente uma situação de piora, de agravamento em relação àquela que lhe fora imposta pela decisão recorrida. Objetiva, pois, o instituto, que se permita um resultado contrário àquele que buscou aliviar sua situação, garantindo a este, no mínimo, o que já lhe fora deferido pela decisão recorrida.

### 3.2. A reformatio in pejus em sede de remessa obrigatória

Não se inclui na proibição estabelecida pelo princípio acima descrito, a reforma in pejus provinda do conhecimento ex officio de uma questão de ordem pública, como é o caso da decretação de nulidade, ainda que não levantada pela parte contrária, mas sobre a qual deva o tribunal se manifestar de ofício. Exemplo

disso é o caso de falta de condição da ação ou de pressuposto processual.

Segundo o princípio dispositivo, é inadmissível tanto a reformatio in pejus, como também a reformatio in melius, pois não pode o tribunal piorar e tampouco melhorar a situação do recorrente além dos limites por ele mesmo fixados em seu recurso.

A orientação firmada pelo STJ<sup>2</sup> e pelo STF é no sentido de que a proibição da reformatio in pejus estende-se às hipóteses de remessa oficial, não podendo a entidade pública ter sua situação agravada como resultado da remessa oficial, entendendo que esta é instituída em exclusivo benefício do poder público. Neste sentido leciona Humberto Theodoro Júnior (1992, p. 538).

Contrariamente, suscita Nelson Nery Júnior (2003, p. 813-814) que não se pode falar em reformatio in pejus na remessa oficial, porque o princípio proibitivo da reforma para pior é consequência direta do princípio dispositivo aplicável aos recursos, e a remessa oficial tanto não é espécie recursal quanto não é informada pelo princípio dispositivo, e sim, pelo inquisitório, onde ressalta a incidência do interesse público do reexame integral da sentença

Vê-se logo que a corrente defensora da proibição da reforma para pior na remessa obrigatória sustenta a clara existência do pleno efeito devolutivo nesta, e que o princípio inquisitivo predomina no sistema recursal brasileiro da mesma maneira que predomina na instrução processual em primeira instância. Significa dizer que, conquanto prevaleça o princípio dispositivo, não podem ser ignoradas eventuais manifestações do princípio inquisitivo, decorrentes do caráter público do processo e do interesse do Estado na melhor prestação jurisdicional, estando o princípio inquisitivo manifestamente presente tanto no procedimento de primeira instância, como no procedimento recursal. E o efeito devolutivo, inerente aos recursos, embora se manifeste predominantemente dispositivo, não deixa de apresentar certas configurações típicas do princípio inquisitivo, como se infere dos §§ 1º e 2º do art. 515 do CPC, pelos quais o legislador autoriza o conhecimento de

---

<sup>2</sup> STJ (Súmula 45) e STF (RTJ 114/913 e 108/1266; RT 598/260, 584/272 e 478/229).

matérias não impugnadas no recurso. Portanto, para esta corrente, nada obsta que se fale em efeito devolutivo da remessa oficial, eis que o aludido efeito comporta nuances tanto do princípio dispositivo quanto do inquisitivo.

Enveredamos por essa trilha. A remessa obrigatória é regida pelo princípio inquisitivo, ao passo que a regra proibitiva da reforma para pior estaria relacionada ao princípio dispositivo. Neste sentido, também leciona Barbosa Moreira (1998, p. 426), asseverando que a proibição da *reformatio in pejus* é um instituto inerente aos recursos, e não sendo a remessa obrigatória uma espécie de recurso, na sua seara não há que falar em proibição de reforma para pior.

A corrente oposta ainda argumenta sobre os motivos (fins) que teriam dado origem ao instituto da remessa obrigatória, concluindo que, se o duplo grau obrigatório na maioria das hipóteses é instituído no interesse da Fazenda Pública, seria incoerente admitir-se a *reformatio in pejus* contra esta. Seria mais uma razão para se afirmar a proibição da *reformatio in pejus* na remessa obrigatória.

Da nossa parte arrematamos que seria impertinente falar-se em proibição de *reformatio in pejus* em sede de reexame necessário, porque este não se presta a proteger descomedidamente o poder estatal, mas, sobretudo, o interesse público, e este está inserido tanto na defesa dos entes públicos como também, e com maior ênfase, no dever estatal de constituir uma sociedade livre, justa e solidária, como proclama o texto constitucional (art. 3º, inciso I). E este princípio não estaria observado em se aclamando apenas o ente público em detrimento do particular. É o que ocorre, por exemplo, na ação popular, em que a remessa necessária não visa resguardar o ente público, mas o interesse da coletividade.

#### 4 – CONCLUSÃO

A remessa necessária, prevista no art. 475 do CPC; na Lei 1.533/51 (Lei da Ação de Mandado de Segurança); na Lei 4.717/65 (Lei da Ação Popular), e no Decreto-Lei nº 779/1969, é hoje vista por muitos doutrinadores, da forma como é tratada pela jurisprudência, como mais um dos injustificáveis privilégios do Poder Público. Disso flui a discussão acerca da possibilidade de agravamento da condenação, o que para outros tantos consistiria em afronta ao prestigiado princípio da *reformatio in pejus*.

A doutrina se divide. Ainda não dá para se visualizar com quem está a razão. Já a jurisprudência é mais firme, prevalecendo o entendimento no sentido de não permitir a reforma para piorar a situação do ente público. No entanto, já se vêem muitos julgados adotando entendimento contrário que, embora isolados, crescem paulatinamente.

Aqueles que defendem a possibilidade de reforma para piorar fundam-se no fato de que a remessa obrigatória não está inserida no campo do princípio dispositivo, pois o procedimento se dá por força de norma imperativa absoluta, inserindo-se, portanto, tal instituto, na seara do princípio inquisitório e por isto também não se pode falar em simples efeito devolutivo, mas em efeito translativo, devolvendo-se toda a matéria ao tribunal e não apenas a parte que afeta o ente público.

São muitos os argumentos contrários. Da nossa parte, acompanhamos a corrente que admite a reforma para pior. E isto, por não se tratar a remessa obrigatória de um recurso, propriamente, e sim, de um instrumento que busca alcançar o interesse público, cujo fim último é a máxima justeza dos provimentos jurisdicionais.

Ora, dizer-se que a remessa oficial aproveita ao estrito interesse do ente público é excluir o verdadeiro intento do legislador, que estaria assentado no verdadeiro interesse público, o qual vai além do mero interesse do ente estatal. Explico: o interesse público abrange tanto o interesse do ente estatal, porque este é patrimônio de toda a sociedade que o constitui, com também o interesse e objetivo do Estado Brasileiro, consubstanciado nas disposições Constitucionais e no sistema jurídico como um todo, em especial no art. 3º, inciso I, da Constituição Federal, que expressa como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária.

A remessa necessária está muito acima do mero interesse da pessoa jurídica de Direito Público. Trata-se da tentativa de se entregar à sociedade uma prestação jurisdicional o mais próximo possível dos sentimentos de justiça, independento, assim, de se agravar ou não a situação do ente público. Enfim, a proibição da reforma contra o poder público em sede de remessa necessária agride o próprio sistema jurídico, pois que se afigura irrazoável.

## 5 – REFERÊNCIAS

MOREIRA, JOSÉ CARLOS BARBOSA. Comentários ao Código de Processo Civil. 10 ed. vol. V. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BARROS, Alice Monteiro de. (Coord.). Compêndio de Direito Processual do Trabalho. 3 ed. São Paulo: LTr, 2002.

CÂMARA, ALEXANDRE FREITAS. Lições de Direito Processual Civil. 6. ed., vol. II, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

CARNEIRO, ATHOS GUSMÃO. Da Antecipação de Tutela. 4. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CARRION, VALENTIM. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FUX, Luís. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GRECO FILHO, VICENTE. Direito Processual Civil Brasileiro. 15 ed. Vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2002.

LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos de Direito do Trabalho e Processo Trabalhista. 9. ed. São Paulo: LTr, 2000.

MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. 30. ed. São Paulo: LTr, 2000.

MARINONI, LUIZ GUILHERME e ARENHART, SÉRGIO CRUZ. Manual do Processo de Conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MIRANDA, PONTES DE. Comentários ao Código de Processo Civil. 3 ed. Tomo VI, Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NERY JÚNIOR, NELSON. Código de Processo Civil Comentado. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PASSOS, J. J. CALMON DE. Inovações no Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

THEODORO JÚNIOR, HUMBERTO. Curso de Direito Processual Civil. 10 ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

TOSTA, Jorge. Do reexame necessário no Direito Processual Civil. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2001.